

# A RENOVACÃO PECEBISTA DOS ANOS 80

Raimundo Santos

*Desde o final dos anos 70, o êxito da estratégia de frente democrática havia permitido aos comunistas terem certa influência na cena institucional e na sociedade. Sem dúvida, a eficácia dessa política abriu caminho no PCB para que a sua parte renovadora intensificasse a tarefa de repensar os desafios do país a partir da revalorização do tema da democracia*

A hora presente em que o socialismo real em colapso perde todo o seu apelo, e a maioria do Comitê Central do PCB se apressa em promover um tardio processo de "mudanças radicais no partido", é justo dirigir as vistas para aqueles comunistas, muitos deles hoje ex-pecebistas, que pelo menos desde 1976, progressivamente foram tentando dar passagem dentro do PCB a um movimento de opinião orientado para um processo de renovação, no sentido genuíno e atual da palavra — tal como também vinha se colocando com o eurocomunismo, particularmente no empenho inovativo do Partido Comunista Italiano.



Naqueles anos 70, quando a política de frente democrática dava mostras dos seus primeiros êxitos, como forma de restauração da democracia no país, surgia no PCB, cada vez mais visível, uma corrente logo conhecida como *corrente renovadora* que começou a defender abertamente a democracia (sem adjetivos) como valor histórico-universal, numa complicada tentativa de substantivação da política pecebista para os novos tempos.

Não articulados organicamente, mas portadores de um conjunto de idéias-chaves compartilhadas, esses militantes, até meados dos anos 80, marcaram presença no PCB, ora servindo de "espantalho eurocomunista" para o setor conservador, a justificar o "centrismo auto-reprodutivo" da ala pragmática do Comitê Central; ora servindo as suas idéias como base para esse núcleo dirigente majoritário dotar o PCB de uma

orientação mais eficaz no novo período de transição democrática. Alguns desses renovadores tinham larga tradição no PCB, como Armênio Guedes; a maioria, porém, provinha da militância mais recente da passagem dos anos 50 para a década de 60, como Ivan Ribeiro, Luis Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloísio Teixeira, Leo Lince, Maria Lúcia T. Vianna, Luis Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Mauro Malin, Nemésio Sales, Milton Freitas, e muitos outros jovens intelectuais de vários Estados.

Seu itinerário comum nesta experiência renovadora foi o de se empenharem no que, com o tempo, eles mesmos foram chamando de "batalha das idéias". Tipo de

Raimundo Santos é autor de *A Primeira Renovação Pecebista-Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*, B. Horizonte; Oficina de Livros, 1988.

intervenção que expressaria bem o papel que vão cumprir como elementos responsáveis pelas controvérsias que forçariam o PCB a repensar a sua política, hoje constituindo esses debates, verdadeiros antecedentes da atual discussão pós-comunista.

A bibliografia especializada viu equivocadamente na "primeira renovação" gestada nos debates sobre o relatório Kruchev um des-caminho do PCB rumo ao "reformismo revisionista", para usar o termo da cultura política prevalecente; ela ainda não produziu estudos onde se aquilatasse a importância dos renovadores dos anos 80<sup>1</sup>, embora este grupo seja responsável pela formulação inicial de questões cada vez mais presentes na pauta de uma parcela significativa da esquerda brasileira nos últimos anos. Frente democrática/centralidade das liberdades políticas; opção radical pela democracia como estratégia socialista, transição e processo de transição; "revolução dos interesses"/ corporativismo"/ opinião democrática; neoliberalismo/ publicização e democratização do Estado/ *apartheid* social, mais recentemente — eis alguns itens que vêm desejar grupo renovado para compor uma agenda sempre inacabada.

No processo de "luta interna" travada pela maioria do Comitê Central, primeiro com Prestes em 1979-80 e, após o controle da máquina partidária em 1981, contra os renovadores, até a sua marginalização do partido iniciada em fins de 1983, o esforço substantivador da política comunista com raiz na tradição de 1956-57 — de valorização das liberdades políticas no aprofundamento de uma compreensão estratégica de frente única — vai perder intensidade à medida que a orientação de frente democrática passa a ser datada como forma tática da luta antiditatorial. A proporção que se julga institucionalizada a democracia com a eleição de Tancredo — Sarney, começa a se acreditar que já estava em curso um processo francamente

pluripartidário, o campo aberto para a hora das mudanças estruturais e as manifestações da nitidez ideológica.

Quando lembramos daquela parte do PCB, sensível desde a morte de Vargas e mobilizada com o relatório Kruchev, travando intensa luta para que se visse o avanço da industrialização dos anos 50 e se reconhecesse a existência de uma outra frente única no país, "nacionalista e democrática", real, bem diversa da pregada pelo IV Congresso de 1954, vemos que foi esse processo que forçou, no ápice da crise agudizada pelo XX Congresso, as mudanças da Declaração de Março de 1958 (parciais, à proporção do sacrifício e marginalização do grupo renovador da época).

As idéias deste outro grupo renovador dos anos 80, também derrotado dentro do partido pela aliança do setor majoritário pragmático do Comitê Central com a sua ala ortodoxa, darão a singularidade elaborativa que foi permitindo aos comunistas brasileiros continuarem, embora com crescente perda de audiência, com um discurso político globalizante para o país.

Interditada a conexão com as idéias "eurocomunistas", a política pecebista começará a pender para o apelo socialista e à posse da legenda legalizada. Nem a realização dos VII e VIII Congressos de 1983 e 1987, nem mesmo a assimilação da *perestroika* em 1989 recuperaram a motivação fundadora de política presente nos dois grupos renovadores de 1956-57 e de 1976-83. O comum em ambos é que, cada um a seu modo, eles leram o sentido emblemático das nuvens que passavam por suas cabeças — o desnudamento do estalinismo há 35 anos e o esgotamento do socialismo real, visto pelo menos desde 16 anos atrás, e já vinham procurando projetar a "tática" comunista como política alternativa —, para isso sendo necessário ultrapassar os paradigmas marxistas-leninistas, notadamente no caso dos renovadores dos anos 80.

*A proporção que se julga institucionalizada a democracia com a eleição de Tancredo-Sarney, começa a se acreditar que já estava em curso um processo francamente pluripartidário, o campo aberto para a hora das mudanças estruturais e as manifestações na nitidez ideológica.*

#### Algumas idéias renovadoras da época

A origem das idéias desses últimos renovadores, como retomada da primeira renovação pecebista de 1956-57 e como antecedentes inelimináveis da proposta atual de mudança no PCB, pode ser encontrada através da coleção da *Voz Operária* da fase do exílio, em alguns artigos que conseguiram ser publicados entre os anos 1976 e 1979, empurrando o pensamento comunista brasileiro para a reflexão avaliativa e à formulação da "frente democrática" em termos de "política democrática".

Coroando uma longa insistência (a defesa das liberdades como "elo principal" da luta antiditatorial, como se colocou na Resolução de maio de 1965; "centro da luta" na Resolução de dezembro de 1977; "parte integrante da luta pelo socialismo", na Resolução de dezembro de 1978), um artigo assinado por Josimar Teixeira, chamado "A questão democrática", é publicado na *Voz Operária* de dezembro de 1978 para dizer claramente: "Não temos uma concep-

<sup>1</sup> Pioneiro o ensaio de Michel Zaidan e R. Santos: "As idéias da renovação pecebista", publicado no suplemento "Tudo" do *Diário da Borborema*, Campina Grande, 7 de abril de 1985.

*É no ano de 1979, no início propriamente da transição, quando se intensifica a "saída à superfície" de alguns dirigentes comunistas e são conhecidas algumas atividades do Comitê Estadual de São Paulo, de composição muito jovem, com uma ala renovadora bem ativa e influente.*

ção instrumental da democracia. A democracia não é, para nós, um estágio transitório do qual nos valeríamos para preparar a instalação de um tipo de dominação de classe formalmente antidemocrático. A democracia, ao contrário, é um princípio permanente de nossa atividade: é o eixo que articula nossas propostas táticas imediatas com nossa estratégia de mais longo alcance". Pluralismo envolvendo a sociedade civil, bloco de forças nacional-popular, conquista do poder de Estado como processo único com a *socialização da política* mediante a participação da "rede capilar de organizações de base", articulação entre democracia representativa e democracia de base; hegemonia operária com o aprofundamento da democracia política, etc.

É no ano de 1979, no início propriamente da transição, quando se intensifica a "saída à superfície" de alguns dirigentes comunistas e são conhecidas algumas atividades do Comitê Estadual de São Paulo, de composição muito jovem, com uma ala renovadora bem ativa e influente.<sup>2</sup>

Na direção nacional, a expressão mais clara desse tipo de pensamento é o membro do Comitê Central Armênio Guedes, com entrevistas à grande imprensa<sup>3</sup> e artigos que

publica na *Voz da Unidade*. Num desses artigos — "O impasse político e a saída democrática" —, Armênio Guedes avaliava o momento pós-anistia, o começo de 1981, como "uma situação complicada próxima do impasse"; para quem se lembra, de equilíbrio entre um governo dividido entre aberturistas e defensores do retrocesso, e uma oposição bem situada, mas frágil. Situação na qual se podia avançar o processo de abertura, "sem qualquer passo em falso", com habilidade e prudência, explorando a peculiaridade do momento político: "É que, talvez no caso brasileiro, a superação do autoritarismo e a conquista de um regime democrático possa ocorrer sem mudanças bruscas e violentas. Resultarão, antes, de uma guerra de posições — no bom sentido da tese gramsciana. Mas haverá, necessariamente, um momento de ruptura das instituições autoritárias e repressivas, que se dará pela pressão conjugada de opinião pública e de um amplo movimento de massas".<sup>4</sup>

Desde o final dos anos 70, o êxito da estratégia de frente democrática havia permitido aos comunistas terem certa influência na cena institucional e na sociedade. Sem dúvida, a eficácia dessa política abriu caminho no PCB para que a sua parte renovadora, no quadro de paralisia provocada pela crise Prestes, intensificasse a tarefa de repensar o desafios do país a partir da revalorização do tema da democracia. Isso levou também a uma reavaliação do comunismo brasileiro da III Internacional, inclusive com o exame crítico do socialismo real, postura mais acentuada na parcela intelectualizada do PCB, cuja reflexão sobre a política pecebista começava a superar o leninismo mediante a intensa divulgação das idéias de Gramsci, da qual alguns desses intelectuais foram os seus principais responsáveis no Brasil.

É assim que durante os anos 1979 e 1981 parcela significativa do grupo renovador teve um peso

decisivo não só no lançamento (havia resistência) da *Voz da Unidade*, como também pela sua edição, até dela ser marginalizada em julho de 1981, com a reorganização de seu corpo de redatores.<sup>5</sup>

Nessa primeira fase do jornal comunista aparecem artigos, editoriais e ensaios historiográficos, inovando com questões proibidas, interpretando a própria orientação oficial do VI Congresso de 1967 num sentido renovador; ou já abrindo o temário pecebista para além dos paradigmas marxistas-leninistas do PCB.

De um manuseio da coleção da primeira fase da *Voz da Unidade* destacamos, por exemplo, três editoriais mais expressivos dessa leitura da política comunista: "Sindicato e política" (1.º a 07/05/80); "Soberania e democracia" (31/12/80 a 08/01/81), no qual, ao valorizar-se o (então) importante manifesto "Em defesa da Nação", assinado por mais de trinta personalidades, inclusive militares, o jornal faz questão de enfatizar a centralidade da questão democrá-

2 Um balanço dessa atividade pode ser visto na coletânea de texto organizada por Marco Aurélio Nogueira: *O PCB em São Paulo. Documentos 1974-1981*, S. Paulo, Ed. LECH, 1981.

3 Marcante a entrevista (concedida juntamente com outros integrantes da cúpula pecebista) ao *Jornal do Brasil* de 29 de julho de 1979 e as declarações prestadas quando de sua destituição (contrapartida à substituição de Prestes na Secretaria Geral) da Comissão Executiva Nacional: "Deixo claro que sou partidário de um avanço democrático para o socialismo, que começa da forma como lutamos hoje, fazendo da luta pela democracia não um expediente tático, mas também uma estratégia. Nossa luta pela democracia não é apenas para nos fortalecer, ter influência na sociedade brasileira e uma vez conseguido nosso objetivo, implantar um tipo de regime antidemocrático". (Cf. *Jornal do Brasil*, 25 de maio de 1980).

4 *Voz da Unidade*, 31/12/80 a 08/01/81.

5 O jornal teve as seguintes redações: primeiro, um Conselho Editorial formado por Armênio Guedes, Lindolfo Silva, Teodoro de Melo e Gildo Marçal Brandão; depois, esse mesmo conselho, mais um editor-chefe Gildo Marçal Brandão; e, finalmente, à hora da saída dos renovadores da *Voz da Unidade*, aquele conselho, mais dois Conselhos de direção: em São Paulo (Antônio Gaspar, David Capistrano Filho, Francisco Almeida, Gildo Marçal Brandão, Luis Arturo Obojes, Marco Antônio Coelho Filho, Marco Aurélio Nogueira, Marco Damiani, Marco Moro, Rachel Soares, Reinaldo Belintani, Ruth Tegen; e no Rio de Janeiro: Carlos Antônio Lopes, Ivan Ribeiro, Leandro Konder, Luis Werneck Vianna, Mauro Malin, Rogério Marques Gomes, Teresa Ottoni.

tica (... não se pode avançar, concretamente, hoje, na luta pela soberania, fora de um quadro democrático definido"); e o editorial "Crise polonesa: única alternativa sensata é a política de renovação" (13 a 20/6/81), onde o editorialista, refletindo artigo anterior de Ivan Ribeiro ("Polônia, as reformas e a consolidação do diálogo", edição de 1.º a 07 de julho), assume como posição dos comunistas brasileiros o apoio à ala do Partido Operário Unificado da Polônia (POUP) que então defendia o entendimento com o Solidariedade; postura radicalmente diversa da que a mesma *Voz da Unidade*, reformulada com a saída do grupo renovador, vai ter num outro editorial de apoio ao golpe militar ("Polônia: sem futuro a contra-revolução", edição de 18 a 25/12/81).

Exemplos mais diferenciados do pensamento prevalecente são os seguintes artigos: a) sobre conjuntura: Armênio Guedes: "Avançar sem dar margem ao retrocesso político" (26/6 a 04/7/80); Armênio Guedes: "O impasse político e a saída democrática", já citado); Luis Werneck Vianna: "Os empresários da FIESP e a frente com os liberais" (19 a 25/9/80); Carlos Nelson Coutinho: "Os novos partidos e a democracia" (31/12/80 a 08/01/81); b) sobre a questão sindical: Luis Werneck Vianna: "A greve do ABC e a cidadania operária" (01 a 07/05/80); Luis Werneck Vianna: "Pela política, contra a basismo e o espontaneísmo" (12 a 18/5/80); c) concepções da política comunista: Carlos Nelson Coutinho: "A democracia não é expediente tático" (18 a 24/7/80); Leandro Konder: "Cultura e liberdade na política dos comunistas" (20 a 26/03/81), onde se lê: "No plano da cultura, os comunistas precisam estar absolutamente convencidos (...) de que precisam dos intelectuais e dos artistas *como tais* (independentemente do grau de engajamento de cada um). De fato, precisam — vitalmente — do espírito de liberdade de criação

que anima os produtores da cultura"; e Ivan Ribeiro: "Polônia: o socialismo sai fortalecido com o acordo" (21/9/80).

Esse tipo de reflexão é mais numeroso sobre o tema do partido e de seu processo elaborativo: Marco Aurélio Nogueira: "Que *Voz* queremos os comunistas?" (08 a 14/05/80), com a proposição: "... a *Voz* (o jornal) não pode se relacionar de forma estreita com os problemas desta classe (operária): tem que expor e examinar *todos* os problemas democráticos, ser um órgão do conjunto da democracia brasileira"; Cláudio Guedes: "Onde está o caráter laico do partido?" (05 a 12/6/80); Luis Sérgio Henriques: "A questão é superar o dogmatismo" (19 a 25/6/80), onde se fala de laicidade de partido, marxismos no plural, concepção de luta pela democracia e pelo socialismo como *processo* que engloba sujeitos autônomos, representativos de diferentes tradições e Brandão, o editor da *Voz da Unidade* da primeira fase: "Nós precisamos de uma *Voz* política e não doutrinária" (26/6 a 04/7/80); a série de ensaios sobre a história do PCB, de Mauro Malin e Milton Freitas: "Há trinta anos, agosto começou mal" (29/8 a 04/9/80); "Do Manifesto de Agosto à Declaração de Março" (17 a 23/10/80); "O impacto do XX Congresso na vida interna do PCB" (24 a 30/10/80); "O tortuoso processo de mudança da linha do PCB" (07 a 13/11/80); "A nova política de 58 e suas contradições" (02 a 07/05/81), onde se diz que as duas principais delas são: "a concepção do processo revolucionário como um processo de libertação nacional a que tudo era subordinado... E a completa, inequívoca, desenvolta subordinação da questão democrática à questão nacional"; e ainda: "Nacionalismo e democracia na nova política de 58" (19 a 21/05/81).

Naturalmente a resistência de bases e direções intermediárias a essa orientação renovadora, latente

em relação à aceitação do jornal, e expressa nas cartas publicadas na "página dois", demonstrava e dava o argumento que faltava para a direção sufocar esse pensamento, sem dúvida minoritário no PCB, intervindo na organização do jornal para que ele, afinal, expressasse as concepções prevalecentes que, inclusive, nunca estiveram ausentes do periódico, embora não centralizassem os temas e as questões mais candentes.

Contudo, no segundo semestre de 1981, o grupo renovador ainda vai participar do debate preparatório do VII Congresso. Mas só alguns deles escreverão na *Voz da Unidade*: Leandro Konder: "Força e fraqueza das 'Teses'. Lições do 'caso' Prestes. Opção radical pela democracia" (suplemento *Debate* n. 64, 10 a 06/7/81); Aloísio Teixeira: "Discutindo os fundamentos das Teses pela Legalidade" (*Debate* n.º 73.); Lino Santana: "As bases e o específico da política dos comunistas" (*Debate* n.º 82); Marco Aurélio Nogueira: "As teses que não temos. A cultura no Ostracismo. O partido que temos. Do partido que temos ao partido que queremos" (*Debate* n.º 86); Luis Werneck Vianna: "Sobre a tática e a estratégia das Teses" (*Debate* n.º 87); Manuel Z. Gustavo: "O futuro da política dos comunistas no Brasil" (*Debate* n.º 89); Mauro Malin: "Duas concepções no debate do PCB" (*Debate* n.º 91); Milton Freitas: "A democracia como questão concreta" (*Debates* n.ºs 92 e 93); Rafael Alvarez: "Reflexões sobre o atual debate" (*Debate* n.º 94); e outros.

Leandro Konder abre a discussão congressual sobre a proposta elaborada pela direção. Konder valoriza o reconhecimento, feito nas "Teses", do papel da sociedade civil, da importância atribuída à democracia política, o uso do conceito de democracia de massas; mas critica alguns dos seus pontos fracos: a recusa em enxergar gravidade nos problemas dos países socialistas, a idéia ufanista do crescimento da influência do exemplo dos países socialistas; a não-expli-

cação do "caso" Prestes como se ele não fosse a expressão do próprio modelo de partido em crise. "Um partido", observa Konder, "para atuar numa sociedade civil extramamente fraca, que se modifica significativamente com a modernização do país". Denuncia, no episódio do afastamento de Armênio Guedes, da Comissão Executiva, a conciliação com o "prestismo" que permanece dentro do PCB. Lendro Konder propõe, como alternativa às concepções de Prestes, a assunção da democracia, a subordinação da questão nacional à questão democrática, ou seja: a *opção democrática radical*. Já Aloísio Teixeira no seu ensaio parte da síndrome da crise polonesa (dificuldades econômicas, problema da teoria marxista, etc.) para propor ao PCB a depuração, necessária à sua renovação, do estorvo legado pelo período estalinista, observando, porém, que a conciliação com este passado, sempre vai inventar inimigos que serão usados para justificar "o estado de alerta capaz de impor mecanicamente a coesão das fileiras, sufocando a discussão". A marginalização de Prestes, corresponde à reintrodução do "prestismo" no campo teórico.

Os fundamentos das Teses, que teriam de ser desmontados, deveriam ser buscados na caracterização da "atual etapa da revolução", na idéia de "etapa" proveniente da versão estaliniana, onde o conceito se redefine com as categorias de "estratégia" e "tática", cuja refração dá a impressão de resultado de um ciência (positivista) definidora da "etapa" a partir do desenvolvimento das forças produtivas, etc.; levando às generalizações conhecidas.

Daí Aloísio Teixeira procede a uma leitura do pensamento comunista brasileiro estalinizado, com o qual as "Teses" não rompem, ao conservarem a visão de um capitalismo obstacularizado pela ação das forças externas (imperialismo) e internas (a estrutura agrária), sem erradicar, por conseguinte, o corolário do golpismo na ação prática, etc. Visão que impede o reco-

nhecimento da evolução do capitalismo no país, "antes de mais nada quanto à sua consolidação e modernidade, sob hegemonia das grandes empresas multinacionais, instaladas em setores dinâmicos, e quanto à complacência da estrutura agrária que tornou desnecessária, do ponto de vista do capital, qualquer ruptura democrática. Nem o 'latifúndio' nem o 'imperialismo' foram obstáculos ao desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo sido, antes os seus agentes". Em resumo: para atualizar-se o PCB precisará abandonar o esquema anterior, recuperar a história recente da nossa formação econômica-social.

Marco Aurélio Nogueira vai dizer, inicialmente, que o pensamento pecebista das "Teses" caracteriza-se, de um lado, pela assimilação de parcela das conquistas teóricas dos comunistas brasileiros (sobretudo as do período do exílio da direção), sem, de outro, abrir mão das fórmulas "analíticas" do passado, usando e abusando da imprecisão, num retrocesso em relação à Resolução de novembro de 1978.

Visão terceiro-mundista de socialismo como necessidade histórica (uma espécie de socialismo "necessário", e não como possibilidade, diz ele); crítica do *nominalismo* na caracterização do país (industrial-agrário de grau médio; antes: revolução nacional e democrática, democrática e nacional, agora) — decorrência da incorreta visão do capitalismo brasileiro e do imperialismo ("obstáculo ao progresso social", *agente externo aliado a sustentáculos internos*).

Outro tema: crítica de uma visão de cultura como elemento "útil" para a política; contraproposta de uma nova concepção de *política cultural democrática*, calçada na liberdade e no pluralismo, com presença, democratizada, do Estado; reconhecimento de uma indústria cultural monopolista, que revirou a vida dos brasileiros; relação do partido com os intelectuais como intelectuais.

Prestes: visão disciplinar do "caso", em lugar da análise das suas posições políticas; instrumentalização da luta com Prestes como desculpa "para incansáveis manobras táticas de desgaste e paralisação"; transformação das divergências em questiúnculas administrativas como no exemplo da marginalização do grupo renovador da *Voz da Unidade*. Contra uma espécie de reunificação (idéia que circulava) de todos os comunistas por cima do patrimônio da orientação ampla e flexível que o PCB havia avançado durante a luta contra a ditadura. Reconhecimento de que o PCB, com a modernização do país, também passara por uma modernização igualmente *conservadora*, sob a forma de *conciliação ideológica*. Proposta: um PCB "renovado, democrático e de massas", desde que se assumisse a renovação democrática radical da sociedade e do partido.

Coube a Luis Werneck Vianna fazer uma apresentação mais formal dessa concepção que vinha sendo discutida em várias organizações comunistas do Rio de Janeiro e também em outros estados, no debate realizado na ABI no dia 26 de outubro de 1981, lendo na ocasião o texto "Sobre a tática e a estratégia das Teses", também publicado pela *Voz da Unidade*. A atualidade do grupo estava, aí se dizia, em afirmar claramente que as "Teses", ou seja, a direção pecebista na oportunidade do VII Congresso, deixava passar o bonde da história e deixava de preparar a inserção do PCB na complexa sociedade capitalista brasileira, ao não atender à necessidade de uma outra política ajustada ao novo país que surgia da modernização capitalista forçada pelo autoritarismo.

Crítica da visão de um capitalismo inconcluso a informar a interpretação terceiro-mundista do país, etc. Daí decorrente o rebaixamento da importância teórico-prática da questão da democracia política. Imposta a contradição capital/trabalho, e porque o nível da formação econômico-social constitui o

lugar onde os atores concretos fazem política e assumem consciência das contradições e conflitos da sociedade, esclarece Luis Werneck Vianna, não decorria a posta na ordem do dia do socialismo. Dizia mais que é dessa dimensão da formação econômico-social em sua especificidade que se evidenciaria a dramática assimetria entre a modernização no plano da economia e o atraso na dimensão do jurídico-político — donde o papel e a importância do tema da democracia política. Postula-se na conjuntura que a superação dessa assimetria entre economia e política não significaria mera atualização de estruturas jurídico-políticas ao capitalismo moderno, mas uma verdadeira revolução política, elevando as massas ao estágio da cidadania, etc. O que, em um país “em que a burguesia já perdeu há muito tempo a possibilidade de se tornar hegemônica, está aberto o caminho para que essa progressiva democra-

tização venha a situar como atual a transição para o socialismo”, conclui Werneck Vianna. Centralidade da questão democrática.

Virada a página do desfecho da “luta interna” nos meses posteriores à realização do VII Congresso em 1983,<sup>6</sup> a teorização subsequente já se fará fora da estrutura partidária, em ensaios, prefácios e introduções a livros, entrevistas, principalmente nos artigos escritos por muitos remanescentes do grupo renovador para a revista *Presença*, a partir de quando terá lugar uma progressiva diferenciação de matizes na tendência renovadora,<sup>7</sup> cujo destino parece ter se resolvido para algumas das referências maiores do grupo renovador, ao incorporarem-se ao PT; enquanto que outros permanecem, em todos esses anos, num campo comunista bem alargado, configurando o que Alberto Aggio chamou de *comunistas de política*<sup>8</sup> para significar que

eles prosseguem uma batalha das idéias que vêm de longe.

Resta saber qual vai ser, a seguir, a postura desses últimos renovadores remanescentes dos anos 80 com respeito ao IX Congresso do PCB marcado para maio de 1991, em cuja convocatória está implícito o convite para uma “refundação renovada” do PCB; e qual atitude tomará a direção pecebista em relação àquela tentativa de renovação, bloqueada há quase dez anos com o seu concurso, quando ela também controlava a estrutura partidária.

6 A respeito, ver coletânea de pronunciamentos de organismos pecebistas da época: **Para renovar a política dos comunistas**, Rio de Janeiro, folheto, s.d.; e a reflexão de Luis Werneck Vianna nos seus ensaios: “Contribuição para um debate” (1984), em: Luis Werneck Vianna: **Travessia; da abertura à Constituição 86**, Livraria Taurus, Rio de Janeiro, 1986; e “Questão nacional e democracia: o Ocidente incompleto do PCB”, **Série Estudos** n. 64, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

7 Cf. “O partido e a nova esquerda”, **Voz da Unidade**, 1.º de janeiro de 1991.